



<EMPRESA> (Nota 1)

**FOLHA DE OBRA** (Nota 2)

Alínea b) do nº6 do Art.º 4º do Decreto-Lei nº147/2003, de 11 de Julho,  
reformulado pelo Decreto-Lei nº198/2012, de 24 de Agosto (Nota 3)

*Original*

<b>Nº da Guia de Transporte Global</b> _____ (Nota 4)  <b>Data de emissão da Guia Global:</b> ____ / ____ / ____	<b>Folha de Obra Nº</b> _____  <b>Data de emissão:</b> ____ / ____ / ____
--	---

<b>Nome do CLIENTE:</b> _____ <b>NIF:</b> _____
<b>Endereço:</b> _____
<b>Descrição do serviço prestado:</b> _____ _____

MATERIAL APLICADO			
Quant.	Unid.	Descrição	Obs.

<b>O Técnico da Empresa:</b>  _____  <b>Data:</b> ____ / ____ / ____	<b>Visto do Cliente:</b>  _____  <b>Data:</b> ____ / ____ / ____
--	--

Notas explicativas:

- (1) EMPRESA - nome da empresa prestadora de serviços (Logótipo), Endereço e NIF.
- (2) Documento em triplicado, emitido por tipografia autorizada. De acordo com alteração à alínea b) do nº 6 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 147/2003, introduzida pela Lei n.º 83-C/2013 (Lei do Orçamento de Estado 2014), no seu art.º 187.º, estabelece-se que a partir de 01 de janeiro de 2014 passa a haver obrigação de edição por tipografia autorizada pela AT. Segundo o n.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 198/2012 (republicação do Regime de Bens em Circulação objecto de transacções entre sujeitos passivos de IVA, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 147/2003), os documentos de transporte referidos, cujo conteúdo não seja processado por computador, devem conter, em impressão tipográfica, a referência à autorização ministerial relativa à tipografia que os imprimiu, a respetiva numeração atribuída e ainda os elementos identificativos da tipografia, nomeadamente: a designação social, sede e número de identificação fiscal.
- (3) Segundo a alínea b) do nº 6 do art.º 4º do Decreto-Lei nº198/2012, “No caso de saída de bens a incorporar em serviços prestados pelo remetente dos mesmos, deve a mesma ser registada em documento próprio, nomeadamente folha de obra ou qualquer outro documento equivalente.”
- (4) Segundo o nº 6 do art.º 4º do Decreto-Lei nº198/2012, “Os documentos de transporte, quando o destinatário não seja conhecido na altura da saída dos bens dos locais referidos no n.º 2 do artigo 2.º, são processados globalmente, nos termos referidos nos artigos 5.º e 8.º, e impressos em papel (...)”. Além disso, segundo o n.º 7 do art.º 4.º do Decreto-Lei nº198/2012, nas situações referidas nas alíneas a) e b) do n.º 6, deve sempre fazer-se referência ao respetivo documento global.